

Brasil: crise estrutural, pandemias, políticas sociais e a dura realidade conjuntural

Adilson Marques Gennari¹

Resumo

Nas primeiras décadas do século XXI o capital encontra-se no meio de um ciclo longo de Kondratiev. Entretanto, este ciclo tem peculiaridades que o diferencia dos anteriores: a) é a primeira vez que o capital encontra-se em crise estrutural, b) a classe dominante global não apresenta alternativa senão aprofundar o atual modelo neoliberal em crise, c) a quarta revolução industrial em curso, assim como as anteriores terá forte impacto na mudança tanto das forças produtivas quanto das relações sociais de produção com substancial alteração no mundo do trabalho, mas desta vez com um componente de ruptura que coloca o capitalismo em seus limites estruturais; d) as políticas sociais de combate a pobreza e a desigualdade social, que existem desde o século XVIII aparecem agora como elemento fundamental para a existência tanto da sociedade em crise, quanto da capacidade de sobrevivência de milhões de indivíduos ao redor do mundo. Isto implica em mudanças estruturais nas relações de produção e nas relações sociais para além do paradigma da modernidade em crise. No Brasil de hoje, após os desdobramentos do golpe de 2016 que depôs a Presidente Dilma Rousseff e após quase dois anos da política econômica e social do Governo de Bolsonaro-Guedes, o Brasil se vê em uma situação de piora brutal nos indicadores socioeconômicos.

Palavras-chaves: crise estrutural, pandemia, revolução tecnológica, políticas sociais.

¹ Professor da FCLAr/UNESP; Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP e Coordenador do Grupo de Pesquisa em História Econômica Contemporânea (GPHEC/FCLAr/UNESP).

gennariadilson@gmail.com



Resumen

En las primeras décadas del siglo XXI, el capital se encuentra en medio de un largo ciclo de Kondratiev. Sin embargo, este ciclo tiene peculiaridades que lo diferencian de los anteriores: a) es la primera vez que el capital está en crisis estructural, b) la clase dominante global no tiene otra alternativa que profundizar el modelo neoliberal actual en crisis, c) el cuarto La revolución industrial en curso, así como las anteriores, tendrá un fuerte impacto en el cambio de las fuerzas productivas y las relaciones sociales de producción con cambios sustanciales en el mundo del trabajo, pero esta vez con un componente de ruptura que coloca al capitalismo en sus límites estructurales; d) las políticas sociales para combatir la pobreza y la desigualdad social, que han existido desde el siglo XVIII, ahora aparecen como un elemento fundamental para la existencia de la sociedad en crisis y la capacidad de supervivencia de millones de personas en todo el mundo. Esto implica cambios estructurales en las relaciones de producción y las relaciones sociales más allá del paradigma de la modernidad en crisis. Hoy en Brasil, después de las consecuencias del golpe de 2016 que derrocó a la presidenta Dilma Rousseff y después de casi dos años de la política económica y social del gobierno de Bolsonaro-Guedes, Brasil se encuentra en una situación de empeoramiento brutal en los indicadores socioeconómicos.

Palabras clave: crisis estructural, pandemia, revolución tecnológica, políticas sociales.

Abstract

In the first decades of the 21st century, capital is in the middle of a long Kondratiev cycle. However, this cycle has peculiarities that differentiate it from the previous ones: a) it is the first time that capital is in structural crisis, b) the global ruling class has no alternative but to deepen the current neoliberal model in crisis, c) the fourth ongoing industrial revolution, as well as the previous ones, will have a strong impact on changing both the productive forces and the social relations of production with substantial changes in the world of work, but this time with a rupture component that places capitalism at its structural limits; d) social policies to combat poverty and social inequality, which have existed since the 18th century, now appear as a fundamental element for the existence of both the society in crisis and the survival capacity of millions of individuals around the world. This implies structural changes in the relations of production and social relations beyond the paradigm of modernity in crisis. In Brazil today, after the consequences of the 2016 coup that deposed President Dilma Rousseff and after almost two years of the economic and social policy of the Bolsonaro-Guedes Government, Brazil finds itself in a situation of brutal worsening in socio economics indicators.

Keywords: structural crisis, pandemic, technological revolution, social policies.



Introdução

20

Aprendemos com os clássicos da econômica política que, do ponto de vista estritamente econômico, o capitalismo e seus sujeitos históricos da classe burguesa tem por objetivo a máxima extração de excedente econômico. Não importa a forma. Pode ser trabalho escravo, como nas colônias dos séculos XVI ao XIX, pode ser com o trabalho assalariado ou pode ser com o trabalho semiescravo. O importante é gerar excedente econômico (mais-valia) com o uso do trabalho dos despossuídos dos meios de produção. É uma forma que existirá enquanto existir o capitalismo.

O que chamamos hoje por *uberização* do trabalho é apenas a forma pós-moderna ou pós-industrial de se manifestar o mesmo fenômeno da clássica exploração do trabalho. Se ontem a exploração se dava com o trabalho assalariado dos despossuídos e desterrados, hoje se dá via plataformas online que comandam via um setor moderno de TI (tecnologia de informação) o trabalho de milhões de explorados. Eles podem ser trabalhadores de vários setores, como o têxtil e outros setores da velha indústria, podem ser de setores novos como comunicações e serviços de informática, pode ser de vendas e telemarketing ou podem ser até de pornografia e prostituição online. Não importa o setor, a *uberização* é a forma atual onde os investimentos tanto de Wall Street quanto das máfias globais se destinam.

Tais investimentos podem passar também pelo interior dos Estados Nacionais na forma de dívida pública e remuneração de seus títulos. O que permanece o mesmo é a essência da formação de uma massa de trabalho não pago que transita até os chamados investidores ou detentores do capital, agora sob a hegemonia da forma financeira e especulativa. Como percebeu Mezarós, o capital é incontrolável e na sua atual forma “líquida” (Bauman) ele flui livremente pelos caminhos cibernéticos, desde os trabalhadores e trabalhadoras exploradas em qualquer parte do globo terrestre até as bolsas de valores e os fundos de investimentos. É para que este fluxo fosse livre, como o é hoje, que os chamados neoliberais lutaram e continuam lutando desde os anos de 1970.

Para o desespero dos desenvolvimentistas e keynesianos, o capital navega livremente em um fluxo que reconstrói a sociedade capitalista, agora como uma sociedade decadente, ou seja, sem desenvolvimento, com a máxima concentração de renda, com o aumento desmesurado de pobres e miseráveis, que na verdade vão formar a massa disforme de trabalhadores e



trabalhadores desesperadas e aptas a agarrar qualquer atividade que lhe garanta, pelo menos, a comida e aluguel da semana. A burguesia global, com suas inovações tecnológicas sob o domínio do capital, conseguiu reconstruir também o clássico exército industrial de reserva, desta vez com o crescimento brutal dos desempregados e principalmente dos segmentos profundos, ou seja, dos precarizados, dos miseráveis, do lumpen, dos desregulamentados sem direitos, dos descamisados e desiludidos. É claro que uma sociedade desta maneira decadente e em condição de superexploração do trabalho criará permanente tensão social, cujo substrato é a violência urbana no Brasil, um verdadeiro massacre de pretos, pardos e pobres nas periferias das grandes cidades.

É preciso ter em mente que a dialética, em sua concepção moderna, desde pelo menos o século XIX, não se trata de uma teoria ou uma mera reflexão teórica, mas sim de uma expressão real do ser, a forma do ser em seu movimento ontológico. Na atual dialética da globalização impulsionada pela quarta revolução industrial há o surgimento de uma espécie de trinca dialética nas estruturas do processo histórico do capitalismo, capaz de gerar assim como uma onda sísmica elementos de ruptura e transição. Alguns elementos se destacam neste processo: a crise estrutural do capital; a crise ambiental; a crise nas relações de trabalho com a ampliação desmesurada do chamado desemprego estrutural; a crise da hegemonia estadunidense e o acirramento de disputas territoriais e pela hegemonia global nos negócios e no domínio das novas tecnologias, sendo que todos esses aspectos levam a sociedade aos limites da forma mercadoria.

No caso desse ensaio, nos interessa a dialética do atual momento da totalidade do modo de produção capitalista, que apresenta uma forma avançada de crise estrutural, e no caso da particularidade brasileira, um caso avançado de polo periférico e miserável da totalidade. Se na totalidade do processo do capital temos uma crise estrutural, na particularidade temos o adensamento das contradições postas desde seus primeiros séculos de via colonial de transição para a modernidade. Se na totalidade temos a crise nas relações de trabalho e a crise ambiental como elementos da dialética da crise da totalidade (Mészáros), posto que coloca o capital em seus limites estruturais; na particularidade brasileira, a crise nas relações de trabalho típicas do capitalismo somada a crise ambiental, coloca a particularidade brasileira numa situação brutal, na medida em que os novos desempregados estruturais e os novos trabalhadores informais e por conta própria vão se somar às massas de despossuídos que a particularidade brasileira herdou



dos tempos coloniais.

Abaixo segue a tabela I que demonstra a distribuição brasileira da população ocupada. Os números refletem alterações na distribuição da ocupação da classe trabalhadora, onde destacamos o aumento dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores sem carteira assinada, reflexo do impacto no mercado de trabalho. Os dados atuais demonstram que um quarto dos trabalhadores brasileiros vivem de trabalho por conta própria e se somarmos os trabalhadores sem carteira assinada chegamos a quase 40%. O que fica mais evidente é a variação dos dados em 4 trimestres de 4% do número de trabalhadores sem carteira assinada e de 4,1% de aumento no número de trabalhadores por conta-própria.

Tabela I. Distribuição da População Ocupada (out. - dez. 2019)

	Δ 4º trim.	Milhares	%
População economicamente ativa	1,5 %	106.184	
População ocupada	2%	94.552	100
Empregado no setor privado com carteira assinada	1,1%	33.668	35,6
Empregado no setor privado sem carteira assinada	4,0%	11.885	12,5
Trabalhador doméstico	0,4%	6.356	6,72
Empregado do setor público	0,7%	11.641	12,3
Empregador	-0,1%	4.442	4,69
Conta-própria	4,1%	24.557	25,9

Fonte: Ministério da Economia, PNAD-c, 31-jan-2020.

Nestas circunstâncias um tipo de encaminhamento para o caos instalado é a proposta liberal clássica das políticas sociais de contenção da miséria via políticas sociais de distribuição de renda ou renda mínima de cidadania. Tal política está sendo implementada até pela direita, por exemplo, na Itália. No Brasil a barbárie de uma acumulação de capital para remunerar tanto o capital nacional quanto o internacional cria uma realidade cruenta de desemprego estrutural que se soma a miseráveis políticas sociais que mais servem para a manutenção do que para a extinção das desigualdades e da miséria de mais da metade da população. Não se pode esperar que a ordem do capital elimine a pauperização da classe trabalhadora, posto que a pauperização é seu filho mais velho e dileto. Deste modo, as chamadas políticas compensatórias não tocam nas velhas



estruturas criadoras e podem se transformar, na particularidade brasileira, em uma fábrica de enxugar gelo.

Do ponto de vista da classe trabalhadora esses paliativos apenas mantém a sociedade em seu caminho decadente. A utopia da transformação social para além do capital permanece no horizonte como único caminho possível para a superação da crise civilizacional desencadeada.

Enfim, neste ensaio vamos tangenciar algumas questões sobre o atual processo de globalização e mudança tecnológica. Vamos refletir junto com alguns autores relevantes a começar por Karl Marx em suas obras *O Capital* e *Grundrisse*. Depois vamos tecer comentários sobre a política social brasileira na medida em que mesmo em elos periféricos tais políticas se tornaram indispensáveis e, de certa forma permanentes. E, por fim, relacionaremos o aspecto estrutural com as mazelas conjunturais da particularidade brasileira.

Aspectos do Estado e do processo de globalização do capital

Nas últimas cinco décadas estamos imersos a novos aspectos do processo de globalização. Fatos marcantes como a queda do muro de Berlim ou o fim do Império português e a volta de Macau para a China são fatos muitas vezes ofuscados dada sua imersão num universo de transformações estruturais cuja origem remontam aos anos 1970: crise do sistema de Bretton Woods; crise do padrão de financiamento da acumulação de capital; crise da forma de ser do capitalismo do pós-guerra; crise da matriz produtiva baseada na segunda revolução industrial e introdução das novas formas de produção da nova acumulação molecular digital, e doravante sobretudo o advento da quarta revolução industrial.

A crise atual do capital é a base tanto do ideário neoliberal quanto da reestruturação produtiva e tecnológica em busca de lucratividade pelos capitais globais. As ideias neoliberais ganham a dimensão de ideário do processo de globalização, na medida em que os capitais globais necessitam de flexibilidade, desregulamentação e destruição das amarras impostas pelos trabalhadores e seus sindicatos que podem impor limites ao livre fluxo de capitais, à precarização e a superexploração do trabalho. A crise geral, resultado da luta de classes e da concorrência entre os capitalistas, acaba por impor novos padrões tecnológicos e novas formas de exploração que reinventam a tecnologia e as formas de produzir. Inesperadamente, a busca por mais-valia relativa e absoluta reinventam a geografia mundial, e colocam a China como a grande fábrica do mundo. Assim, ao deslocar a força de



trabalho necessária ao capital, a Europa e os EUA veem-se envoltos a uma grande crise estrutural. O velho capital necessita, de preferência força de trabalho superexplorável, ou seja, não lhe apetece um Estado do Bem-Estar Social incapaz de lhe garantir exuberantes taxas de exploração. Assim, o capital desloca-se prioritariamente para a China (com monumentais contingentes populacionais aptos à superexploração) e a outros países do globo, que apesar de secularmente engajados na acumulação de capitais, pelo menos desde o período mercantilista, são agora denominados pelos disciplinados economistas das agências de fomento e regulação “de países emergentes”.

Neste processo, o capital financeiro ganha cada vez mais relevância. Por isso um dos elementos centrais do chamado ideário neoliberal² é a proposta de flexibilização e desregulamentação financeira global. O capital financeiro ganhou esta flexibilização impulsionado pelas novas tecnologias de informação e comunicação e conquistou liberdade de movimento global, para trafegar à velocidade da luz pelos chamados mercados globais. Mas aí não está o cerne da questão ou a essência da mudança. Segundo Francisco de Oliveira (2006b: 274), o capitalismo atual se pauta por

um capital de imagens que torna a marca seu principal *atout* comandado por uma digitalização e molecularização que mudou radicalmente a linguagem e as referências do próprio cotidiano e permite uma forma de capital que atua como virtual, isto é, capaz de extrair mais-valia no momento do uso da força de trabalho, sem os constrangimentos da era industrial, que criaram a virtualidade da classe que, nos termos de Thompson, requer, sempre, sua própria autoinvenção. É a forma suprema do trabalho abstrato, afinal, lograda pelo sistema capitalista.

Com efeito, no capital virtual, a mercadoria pode ser também virtual, assim como o próprio ambiente de trabalho, ou seja, pode ser um “serviço”, um “efeito útil”, uma “marca”, uma “imagem”, cuja produção é simultânea à realização. É assim que o capital virtual “abre mão” da fábrica para a produção de valor (OLIVEIRA, 2006). Veja, por exemplo, os casos dos aplicativos que são poderosos meios de produção e captação de excedente

² Para o entendimento do nascimento do chamado “neoliberalismo” em seus aspectos ideológicos e históricos, ler as obras clássicas de Friederick von Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedmam.



econômico. Tais aplicativos têm, em alguns casos o poder de gerar e em outros o poder de captar parcelas crescentes da mais-valia gerada na totalidade da estrutura econômica. É a forma pós-moderna por excelência da produção capitalista. Os setores e produtos “tradicionais” não podem abrir mão de crescentes componentes em tecnologia de informação e comunicação, sob pena de serem varridos do mercado. Deste modo, as tecnologias de informação e comunicação e todos os elementos da quarta revolução tecnológica tornam-se os elementos estruturais da produção e captação de mais-valia.

Nesta trajetória de reflexão, Bauman entende que:

Uma vez liberado do espaço, o capital não precisa mais da mão de obra itinerante (enquanto sua mais avançada e emancipada vanguarda *high-tech* sequer precisa de mão de obra alguma, móvel ou fixa). E assim, a pressão para derrubar as últimas barreiras para o movimento do dinheiro anda de mãos dadas com a pressão para cavar novos fossos e erigir novas muralhas (chamadas de lei de ‘imigração’ ou de ‘nacionalidade’) que barrem o movimento daqueles que em consequência perdem, física ou espiritualmente, suas raízes. Sinal verde para os turistas, sinal vermelho para os vagabundos. A localização forçada preserva a seletividade natural dos efeitos globalizantes. Amplamente notada e cada vez mais preocupante, a polarização do mundo e de sua população não é interferência externa, estranha, perturbadora aos processos de globalização – é efeito dele (BAUMAN, 1999: 102).

Isto posto, é preciso considerar que o atual processo histórico de acumulação de capital tem por corolário o aumento colossal da velocidade de rotação do capital, isto é, do tempo em que o dinheiro-capital se transforma em mercadorias e, ao completar o ciclo, voltar às mãos dos capitalistas ou investidores.

Isto é causa e efeito do aumento da velocidade de inovações tecnológicas. Um dos aspectos perversos de tal movimento de inovações e revoluções técnicas é o fato da necessidade cada vez menor de trabalhadores no processo produtivo em função da adoção de máquinas e processos mais “eficientes” para enfrentar a permanente concorrência e a luta de classes, que vai, no processo, (como na reflexão de Marx) transformando a classe trabalhadora, crescentemente, em classe supérflua,



seja pela simples extinção de cargos ou funções, seja pelo corte de custos com a eliminação de postos de trabalho.

Então, parte significativa da população trabalhadora se vê transformada em pessoas “supérfluas” em relação às engrenagens supermodernas de uma sociedade de alta tecnologia e onde o capital se transformou em imagem (DEBORD, 1957). Simultaneamente, o aumento da produtividade do trabalho e da rotação do capital que o acompanha, ao reduzir a taxa de utilização das mercadorias produzidas, seja pelo lançamento de novos produtos ou similares, seja pela planejada obsolescência dos mesmos, transforma crescentemente as mercadorias em dejetos ou entulho, provocando o desmesurado aumento da destruição ambiental (KEMPF, 2009). Assim, os seres humanos são vistos como “recursos humanos” ou mão-de-obra, e a natureza como “recursos naturais” inesgotáveis, para um processo irracional de produção de massas crescentes de excedente para os acionistas das corporações de escopo.

Na crise estrutural do capital, o Estado passa a ser o pressuposto da acumulação de capital, como na assertiva de Francisco de Oliveira (1998). O Estado neoliberal, diferente da retórica propalada por seus fiéis seguidores, não é alijado do processo de acumulação do capital; ao contrário, desempenha função precípua como agente articulador entre o espaço econômico sob seu domínio e o capital financeiro internacionalizado. Atua como engrenagem na unificação transnacional dos esquemas de valorização financeira, ligando as frações do capital global internacionalizado ao capital local – que garante sua base de sustentação política – para garantir a reprodução ampliada. Desta maneira, convergem os interesses dos blocos de capital privado local, internacional e estatal, sempre garantidos pela capacidade mediadora do Estado.

Neste sentido, o Estado pós-moderno, seja de talhe neoliberal ou pós-neoliberal, converte-se em uma espécie de ducto por onde passa a mais-valia mundial em direção às mãos do capital financeiro rentista. Sua forma fenomênica é a dívida pública gigantesca e sua política econômica, orquestrada pelo FMI e Banco Mundial é a chamada para a geração de superávits primários, desregulamentação financeira, controle da inflação a qualquer preço (política de metas e etc.), câmbio flexível e outros itens que garantam a livre circulação do capital, mas fundamentalmente o fluxo do excedente econômico gerado globalmente.

Por fim, na reflexão sobre o caráter do estado atual, o filósofo José Chasin (1999: 44) entende que:



o estado, na atualidade da globalização econômica, evidencia com mais transparência sua natureza de agente do capital; enquanto tal se destaca pelo dinamismo no plano da política internacional e pelo refluxo de sua aparente dimensão autônoma, mesmo porque a mundialização dos mercados é intrinsecamente acentuação da predominância da economia como determinação em última instância das formações em sua totalidade. (...) No ajuste ao novo padrão de acumulação o estado funciona como agente da globalização, é o instrumento de adaptação das sociedades e das economias ao novo ordenamento mundial.

Aspectos teóricos da crise estrutural do capitalismo

A crise do capital na atual quadra histórica é uma realidade para todos os povos do planeta. De fato, não há um só rincão do mundo onde o capital não tenha se instalado e com ele sua crise. Na origem a crise se manifestava fundamentalmente como crise cíclica, como a crise da década de 1870 e assume por vezes a forma de depressão, como em 1929. Já no final do século XX e início do século XXI, a crise do capital ganhou a dimensão de uma crise estrutural. Se a crise é inerente ao capital e ao capitalismo, importa saber qual sua origem e como ela se coloca como categoria na construção teórica de Karl Marx.

Para Marx, em condições normais:

Parte da mais-valia tem de ser consumida como renda e parte tem de ser capitalizada, não importando que a mais-valia produzida em certos períodos seja totalmente consumida ou inteiramente capitalizada. A fórmula geral só pode representar a média do movimento e neste ocorrem capitalização e consumo (1980, L. 2 vol. 3: 80).

A crise advém quando o ciclo é interrompido. Para Marx:

se uma parte estaca em M' - D' , se a mercadoria é invendável, interrompe-se o ciclo desta parte, não se efetivando sua substituição pelos respectivos meios de produção; as partes seguintes que surgem no processo de produção como M' são impedidas pela que as precede, de mudar de função. Se isto se prolonga bastante, restringir-se-



á a produção e todo o processo se deterá (1980, L. 2 vol. 3: 106).

Chega-se, portanto, ao cerne da questão:

sob a forma dinheiro, o capitalista lança menos valor na circulação do que dela retira, e sob a forma mercadoria lança na circulação mais valor que dela retira. Enquanto personifica apenas o capital, funcionando como capitalista industrial, sua oferta de valor-mercadoria é sempre maior que sua procura. A igualdade entre ambas equivaleria à não valorização de seu capital que não teria funcionado como capital produtivo. Esta teria se transformado em capital-mercadoria que não estaria enriquecido de mais-valia durante o processo de produção, não teria extraído da força de trabalho mais-valia sob a forma de mercadoria, não teria de maneira alguma funcionado como capital (1980, L. 2 vol. 3: 119).

A acumulação de capital é a própria expressão de uma crise permanente. Segundo Mészáros (1997: 152) o capital necessita expandir-se apesar e em detrimento das condições necessárias para a vida humana, levando aos desastres ecológicos e ao desemprego crônico, isto é, à destruição das condições básicas para a reprodução do metabolismo social. (...) Um sistema de reprodução não pode se auto condenar mais enfaticamente do que quando atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento. Na crise estrutural, as forças produtivas se transformam em forças destrutivas como já entendia Marx (1986: 107), "no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas."

A crise atual, vista como crise estrutural do capital que vem desde os anos 1970, ou enquanto sua manifestação empírica, representada pelo estouro da bolha financeira de 2008, tem suas origens ontológicas na crise do capital anteriormente abordada. O que chama mais a atenção em sua manifestação atual é, em primeiro lugar a sua aparência financeira especulativa na atual fase de globalização (SANTOS, 2002) e, em segundo lugar a forma como o capital se apoderou da esfera pública para administrar a coleta da mais-valia do sistema, para transferi-la para o capital que assume



a forma eminentemente financeira e global. Isto significa que atualmente a crise se manifesta como déficit público ou como dívida pública gigantesca na medida em que na crise estrutural, (veja por exemplo, o caso do Brasil onde praticamente metade da arrecadação de impostos anuais são destinados ao pagamento dos juros da dívida interna) os capitais usam do expediente de impor uma política econômica a todos os países, que tem como objetivo remunerar o capital na forma de juros de títulos da dívida pública, de modo que toda a sociedade passa a transferir o excedente econômico para os capitais, que garantem no mínimo a taxa de juro arbitrada pelos Bancos Centrais, e ainda tem a garantia do fundo público, ou seja, o déficit público é na verdade a remuneração dos capitais privados no afã de manter sua insaciável e ontológica acumulação pela acumulação.

A classe trabalhadora é duramente impactada pela crise estrutural na medida em que a um só tempo sofre o impacto do aumento do desemprego estrutural e da devastação ambiental, com a proliferação de doenças, a favelização urbana, a falta d'água e de saneamento básico, além do crescimento das desigualdades sociais que atingem todo o globo. Nesse sentido, é possível inferir que o surgimento da nova pobreza e a devastação ambiental são duas faces do mesmo processo de produção destrutiva da nova fase do capitalismo globalizado e refletem um momento histórico de crise civilizacional.

A quarta revolução tecnológica e a *grundissização* da sociedade

A quarta revolução tecnológica representa a mais radical transformação nas forças produtivas desde a sua primeira versão na Inglaterra do século XVIII. Ela traz alterações qualitativas no desenvolvimento das forças produtivas com impactos jamais vistos em todas as esferas da vida.

Os elementos essenciais da quarta revolução tecnológica são: *inteligência artificial, robótica, biotecnologia, nanotecnologia, impressora 3D, internet das coisas (prédios, implantes, óculos, veículos, máquinas, robôs interligados), engenharia genética, informática, cibernética, novos materiais inteligentes, Toyotismo etc.*

Esta revolução tecnológica chama a atenção por suas diferenças em relação às anteriores. Tais diferenças são intrigantes e recolocam algumas questões esquecidas. Chamamos essas mudanças e impactos de *grundrissização* da sociedade. Por isso, faremos uma rápida visita à parte



sobre maquinaria do clássico texto de Karl Marx.

Segundo Mason,

os cadernos, conhecidos coletivamente como *Grundrisse* (que se pode traduzir como *Esboço* ou *Fundamentos*), serão resgatados, mas não lidos, por Engels. Serão guardados no quartel-general do partido social-democrata alemão até a União Soviética comprá-los nos anos 1920. Só serão lidos na Europa Ocidental no final da década de 1960, e em inglês somente em 1973. Quando finalmente puderam ver o que Marx está escrevendo nesta noite fria de 1858, os estudiosos admitirão que aquilo 'põe em cheque todas as interpretações sérias de Marx já conhecidas'. O texto em questão é o *Fragmento sobre máquinas* (MASON, 2015: 206-7).

Nesta parte dos *Grundrisse* Marx apresenta uma ideia muito interessante e a partir daqui é de fundamental importância pensar dialeticamente o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, isto é, o desenvolvimento do capitalismo, tende a criar um "sujeito social", um "conhecimento social" representado por uma força produtiva social capaz de alterar ou de empurrar o capitalismo para seus limites históricos. Mas como? Segundo Marx, "a tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria" (Marx, 2011: 581).

Neste sentido,

a acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é desse modo absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece conseqüentemente como qualidade do capital, mais precisamente do capital fixo, na medida em que ele ingressa como meio de produção propriamente dito no processo de produção. A *maquinaria* aparece, portanto, como a forma mais adequada do capital fixo, e o capital fixo, na medida em que o capital é considerado na relação consigo mesmo, como forma mais adequada do capital de modo geral (MARX, 2011: 582).

O saber humano passa a integrar o processo produtivo no próprio interior da maquinaria como capital fixo e o "desenvolvimento pleno do



capital só acontece (...) quando o processo de produção em seu conjunto, entretanto, não aparece como processo subsumido à habilidade imediata do trabalhador, mas como aplicação tecnológica da ciência” (MARX, 2011: 583).

Deste modo, a permanente e crescente aplicação da ciência e tecnologia no processo produtivo acaba por perturbar a forma valor na medida em que a parte de trabalho vivo nas mercadorias torna-se cada vez menor. Pense, por exemplo, qual é o valor ou a quantidade de trabalho vivo existente em um CD feito na China? Ou de uma música eletrônica executada e compartilhada livremente n vezes na sociedade, ou um software igualmente compartilhado, ou um verbete produzido coletiva e mundialmente do Wikipédia?

Há um processo de exacerbação das contradições do capital que se apresentam visceralmente no mundo atual. Verifica-se que

na mesma medida em que o tempo de trabalho – o simples quantum de trabalho – é posto pelo capital como único elemento determinante de valor, desaparece o trabalho imediato e sua quantidade como o princípio determinante da produção – a criação de valores de uso -, e é reduzido tanto quantitativamente a uma porção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como à força produtiva geral resultante da articulação social na produção total – que aparece como dom natural do trabalho social (embora seja um produto histórico). O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção (MARX, 2011: 583).

Jaz eternamente no túmulo de Marx os motivos de ele não ter explorado ou aprofundado essas ideias em sua obra de maturidade “O Capital”. Inclusive, as vezes, vemos uma teoria que de certo modo nega a teoria do valor, simplesmente porque Marx pensa dialeticamente e, neste sentido, o capital não é visto como uma relação social eterna, como nas famosas ideias de Fukuyama sobre o fim da história, mas uma relação contraditória que tende a superar-se. Segundo Marx, “à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade -, por sua vez, não



tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção.” (MARX, 2011: 588)

Com o desenvolvimento das forças produtivas e a subordinação das ciências e tecnologias ao capital, o trabalho do ser humano vai se transformando em trabalho de “supervisor e regulador”. Nesta direção, Marx vai além e apresenta um “indivíduo social” como o verdadeiro criador de valor:

ele [o ser humano] se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social (MARX, 2011: 588).

E com esta reflexão, Marx conclui que

tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O *trabalho excedente da massa* deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral (MARX, 2011: 588).

Quando o trabalho excedente estiver deixando de ser a fonte de riqueza social estaremos nos limites históricos da relação social dada pelo capital e sendo assim, numa fase histórica complexa geralmente e posteriormente entendida como “fase de transição”. São essas complexas questões que a quarta revolução tecnológica e a crise estrutural do capital colocam de fato como questão real da sociedade hoje. Para Marx dos *Grundrisse*, quando o tempo de trabalho vai deixando de ser a medida da riqueza, o tempo livre passa a substituí-lo como fonte de toda a riqueza social, o que para nós aparece como algo estranho, ou seja, com o desenvolvimento do “intelecto geral” o tempo disponível passa a ser a medida da riqueza e não o tempo de trabalho, ou seja,

com o desenvolvimento da grande indústria, a base sobre a



qual ele se sustenta – a apropriação do tempo de trabalho alheio – deixa de constituir ou de criar a riqueza, com tal desenvolvimento o *trabalho imediato* enquanto tal deixa de ser a base da produção, ao ser transformado, por um lado, em uma atividade mais de supervisão e regulação; mas, por outro lado, também porque o produto deixa de ser produto do trabalho imediato isolado e porque, ao contrário, a *combinação* da atividade social aparece como o produtor (MARX, 2011: 591).

Das ideias apreciadas até aqui, podemos sintetizar os elementos da crise da civilização do capital vislumbrada por Marx: 1) o desenvolvimento da grande indústria corrói a base da produção e da sociedade capitalista; 2) fim da teoria do valor, ou seja, o trabalho excedente como medida do valor, ou o valor de troca como medida do valor. O tempo de trabalho vai deixando de ser medida do valor e vai cedendo lugar ao cérebro social, ao intelecto geral, ao indivíduo social; 3) abolição do trabalho individual e criação do trabalho social; e 4) aumento do tempo livre como medida de riqueza. Assim, Marx conclui esta parte dos *Grundrisse*: “da mesma forma que o sistema da economia burguesa só se desenvolveu gradativamente para nós, também se desenvolve a sua própria negação, que é seu resultado último” (MARX, 2011: 594). Podemos observar empiricamente, todos esses elementos estão presentes no mundo real como parte da contradição da sociedade, ou seja, estamos diante de suas manifestações empíricas como por exemplo a taxa de desemprego atual no Brasil (2018) encontra-se em 13 milhões de pessoas com capacidade para trabalhar, ou seja, aproximadamente uma taxa de desemprego de 12%. Se contarmos os desistentes e os nem-nem (nem trabalham nem estudam) chegaremos a cifras absurdas.

Brasil: políticas sociais na crise estrutural

As políticas sociais de combate à pobreza e à desigualdade social podem ser entendidas como paliativos às contradições engendradas pelo capitalismo. Elas não buscam obviamente a transformação radical da sociedade, mas tem poder suficiente para transformar a realidade social do capitalismo na medida em que, dependendo de sua dimensão e alcance, pode significar a melhoria e até a possibilidade de sobrevivência de milhares de pessoas, vítimas históricas e produto das contradições do capital, o chamado exército industrial de reserva, que nos marcos deste momento de



transição tecnológica, ganha uma nova forma onde os sedimentos mais profundos passam a predominar: o desemprego crônico ou estrutural, a informalidade que pode atingir mais da metade da população economicamente ativa e o crescimento desmesurado da pauperização, da miséria e da indignidade de parcelas crescentes da classe trabalhadora. Desse modo, os atingidos pelas ondas recentes de modernização acima descritos vão se somar aos deserdados e miseráveis históricos herdeiros da hecatombe representada pelo processo de escravidão de quase quatro séculos. Para Chico de Oliveira (1998: 208), isto vai resultar num processo brutal

De nova direitização, neoconservadorismo racismo físico e cultural, intensa transformação dos sujeitos sociais, desemprego, que no fundo expressam uma radical exasperação dos limites da mercadoria. Uma crise da modernidade que volta a tangenciar os limites do totalitarismo numa espécie de Auschwitz sem chaminés de crematório (OLIVEIRA, 1998).

Historicamente, podemos encontrar a gênese das políticas sociais que buscam minorar os efeitos da pobreza capitalista, tanto no que tange às experiências concretas, como no que toca a elaboração teórica, na Alemanha e na Inglaterra do final do século XIX. No processo de complexos conflitos políticos entre marxistas e lassalianos, surgiram as primeiras medidas de política social na Alemanha de Otto von Bismark, com a aprovação de leis de proteção à velhice, aos desempregados e aos enfermos (SINGER, 2008) e no mesmo período nascia sob a pena de Thomas Paine (1795) a mais originária sistematização teórica que viria a influenciar os debates e as políticas sociais até hoje.

O combate à pobreza e à desigualdade social ganham relevância no cenário mundial após a II Guerra Mundial, e encontra eco nos novos mecanismos institucionais de regulação internacional criados naqueles tempos. Assim, desde meados do século XX, o critério mais utilizado para definir pobreza é aquele apresentado pelo Banco Mundial. Nos termos dessa instituição, um indivíduo é considerado pobre quando tem que sobreviver com menos de dois dólares por dia e extremamente pobre quando está obrigado pelas circunstâncias sociais a sobreviver com menos de um dólar por dia. Atualmente estima-se que no mundo existem mais de dois bilhões e meio de indivíduos vivendo com menos de dois dólares por dia, e cerca de



um bilhão e cem milhões de indivíduos sobrevivendo na extrema pobreza, ou seja, com menos de um dólar por dia. Pode-se avaliar os níveis de pobreza e extrema pobreza de um país ou de uma região observando-se os dados disponíveis sobre a “população abaixo da linha da pobreza”.

Nas últimas duas décadas novas modalidades de políticas sociais de combate à pobreza foram implementadas em vários países da América Latina. Alguns elementos são comuns entre elas. O primeiro deles é a combinação de políticas universais com programas focalizados, esses introduzidos a partir do diagnóstico de que o Estado seria incapaz de atender todas as demandas para a totalidade da população, ou seja, as políticas sociais de caráter universal passaram a perder terreno ao se combinar e muitas vezes se privilegiar políticas de tipo focalizadas de combate à pobreza extrema.

A história da política social no Brasil poderia ser subdividida em quatro momentos relevantes: O primeiro (a) seria relacionado à própria constituição ou primórdios da política social e corresponderia ao período que vai de 1930 até 1985. Logo depois viria o segundo momento, (b) reconhecido na literatura como uma primeira fase de reformas, que iria de 1985 (abertura política) até a Constituição Cidadã de 1988, neste período a mudança de peso foi representada pela introdução do seguro-desemprego. O outro ciclo de reformas (c) é representado pelo período que vai de 1995 até 2002 e corresponderia aos governos de Fernando Henrique Cardoso, em que foram criados diversos programas relacionados ao combate à pobreza e também uma rede de proteção com a inovação das transferências monetárias para os miseráveis. Por fim, seria possível identificar um quarto momento (d) que iria de 2002 até o golpe parlamentar que depôs a Presidenta Dilma Rousseff (que nunca cometeu atos de corrupção), que corresponde às mudanças na política social empreendida pelos governos do PT, com destaque para a criação do Programa Bolsa Família.

a) *Os primórdios, 1930 – 1985*: As primeiras medidas do Estado brasileiro com um caráter efetivamente de política social tiveram início nos anos 1930 no Governo de Getúlio Vargas. O Estado tomava medidas para todo o território nacional que tinha por efeito organizar os direitos e deveres da classe trabalhadora.

Segundo Sônia Draibe (2003: 67),

são conhecidas as características do sistema brasileiro de proteção social, construído entre 1930 e aproximadamente os anos 1970: um sistema nacional de grandes dimensões e



complexidade organizacional, envolvendo recursos entre 15% e 18% do PIB, integrando praticamente todos programas próprios dos modernos sistemas de proteção social – exceto o seguro-desemprego.

A constituição de 1934 tem uma característica peculiar, ela foi a

primeira constituição federal a possuir um capítulo referente à ordem política e social, foi também pioneira na definição de responsabilidades sociais do Estado, tais como assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante registrando, assim, novas iniciativas governamentais no campo das políticas sociais (RIZOTTI, 2014: 2).

Já em 1937, com a implantação do Estado Novo, houve um retrocesso em função da revogação da Constituição de 1934 e a imposição novas relações entre Estado e sociedade, desta vez permeadas por uma ditadura.

É naquele conturbado período onde foram criadas instituições de caráter privado que assumiriam relevância crescente na sociedade brasileira, principalmente no que tange as necessidades da classe trabalhadora. Trata-se da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e do Serviço Social da indústria (SESI) em 1946.

Ainda naquele momento, é preciso frisar a importância da nova Constituição Federal de 1946 que segundo Rizzoti (2014: 3)

registrou mudanças no capítulo da Ordem Econômica e Social, acentuando o papel do Estado no desenvolvimento econômico e atribuindo-lhe a responsabilidade da justiça social. Seu texto final registrava ainda a necessidade de conciliação da ordem econômica, com os princípios de justiça social.

b) *O primeiro ciclo de reformas, 1985 – 1988*: tem como aspecto relevante as mudanças na área de saúde e na assistência social. “Se nós pensarmos nas duas políticas sociais reformadas com êxito no primeiro ciclo – a saúde, com o Sistema Único de Saúde (SUS), e a assistência social, com a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)” (DRAIBE, 2003: 71).

Outro aspecto essencial das reformas desta fase é representado pela introdução na história do Brasil do seguro-desemprego.

c) *A segunda fase de reformas, 1995 – 2002*: as políticas sociais sob o governo do PSDB: Neste período, representado aqui pelos dois governos do



presidente Fernando Henrique Cardoso, houve a apresentação de 45 programas relacionados ao problema, considerado estratégico de combate à pobreza e à desigualdade social (DRAIBE, 2003), com destaque para o combate à pobreza e à mortalidade infantil, a agricultura familiar etc. Aqui é relevante destacar a atuação do Programa Comunidade Solidária, que coordenava ações de combate às mazelas das populações mais vulneráveis.

No período FHC foram introduzidos mecanismos de gestão e reformas no sentido de dar condições para a execução de programas sociais bem definidos. Neste sentido foram criados o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) que iria coordenar um conjunto de políticas de incentivo e financiamento à agricultura familiar, que iria em pouco tempo redefinir muitos aspectos da produção rural no Brasil, com a introdução de um enfoque mercadológico que irá sobreviver e até prosperar nos posteriores governos do PT. Também teve papel relevante o Procerá – Programa de Crédito para a Reforma Agrária e o Programa de geração de emprego e renda.

No que tange especificamente ao combate à pobreza, “implantou-se outra frente de ação, primeiro com o Programa Comunidade Solidária; em seguida, no segundo mandato, com o Programa Comunidade Ativa, o Projeto Alvorada e a Rede de Proteção Social” (DRAIBE, 2003: 87).

O que mais nos interessa neste trabalho é a Rede de Proteção Social, que agrupava os programas de transferência de renda às famílias vulneráveis e, por que não dizer, miseráveis. Alí se agrupavam programas de sucesso como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Benefício Mensal para Idosos etc. A criação de todos esses programas serão de suma importância para o futuro das políticas sociais de transferência de renda no Brasil, pois serão o embrião do programa de maior sucesso na história de tais políticas no Brasil, o Programa Bolsa-Família criado na quarta etapa das políticas sociais no Brasil já no Governo de Luiz Ignácio Lula da Silva.

d) governos do Partido dos Trabalhadores, 2003 – 2016: destacamos a implantação do Programa Bolsa Família. Muito embora haja relevância em programas como o PROUNI que busca tornar acessível o ensino superior para uma população historicamente pobre e racialmente “excluída” dos níveis superiores de educação brasileira, por meio da atribuição de bolsas de estudos pelo Governo Federal via cotas, privilegiamos neste trabalho o Programa Bolsa Família por sua dimensão e alcance para a população miserável brasileira. Há consenso de que o Programa Bolsa Família é o mais



importante programa social da história brasileira.

As políticas sociais de transferência de renda e de assistência social no Brasil possuem uma história recente. Segundo Weissheimer (2006: 27) no contexto brasileiro,

é um fato que a política social jamais chegou a obter o *status* de Estado do Bem Estar Social nos parâmetros historicamente conhecidos na Europa do pós-guerra. Na especificidade brasileira, o papel do Estado enquanto agente promotor do bem estar social teve seu início com as medidas concretas de política social, mais especificamente no campo do trabalho e da previdência social, nos anos trinta do século XX, ou nos Governos de Getúlio Vargas. O segundo evento marcante nesta história foi representado pela Constituição de 1988, [...] que colocou efetivamente a assistência social no campo das políticas públicas, vinculando-a à Previdência Social e à saúde e determinando uma atenção especial do Estado às pessoas, famílias e comunidades mais fragilizadas socialmente.

No Brasil, somente nos anos 1990 medidas efetivas de resposta aos problemas da pobreza foram tomadas, como por exemplo, a criação, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, de programas como o “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás.” (WEISSHEIMER, 2006: 28). O passo seguinte se deu no Governo Lula da Silva com a integração de vários programas, dando ensejo por exemplo ao programa Bolsa Família³,

³ Instituído “pela Medida Provisória n. 132, em novembro de 2003, o Bolsa Família é um programa federal de transferência direta de renda destinado às famílias em situação de pobreza (renda mensal por pessoa de R\$ 60,00 a R\$ 120,00) e de extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00)” (WEISSHEIMER, 2006: 25). Para receber o benefício, as famílias devem cumprir algumas condicionalidades, como por exemplo: “[...] as famílias devem participar de ações no acompanhamento de saúde e do estado nutricional dos filhos, matricular e acompanhar a frequência escolar das crianças no ensino fundamental e participar de ações de educação alimentar. Com base nas informações do Cadastro Único elaborado pelas prefeituras, o MDS seleciona as famílias a serem beneficiadas. [...] A Caixa Econômica Federal é o agente operador do cadastro e do pagamento dos benefícios.” (WEISSHEIMER, 2006:26).



considerado, em vários círculos, um programa de grande êxito na medida em que contempla aproximadamente 11 milhões de famílias pobres, ou aproximadamente um quarto da população brasileira. Isto posto, o programa Bolsa Família em particular foi idealizado com dois objetivos:

[...] combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres. Uma das novidades do programa em relação a iniciativas similares anteriores foi a unificação de todos os benefícios sociais do governo federal (bolsa escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e auxílio gás) em um único programa. (WEISSHEIMER, 2006: 25).

O processo de constituição das políticas sociais no Brasil, desde os anos 1930 até o presente momento demonstra que as políticas universais, principalmente nas áreas de saúde e educação sempre foram efetivas. No novo contexto denominado “globalização neoliberal” ganhou força a defesa das políticas sociais focalizadas no bojo de um discurso de crise fiscal e de reforma do Estado. Apesar disso, as políticas focalizadas no Brasil foram definidas (durante o primeiro governo de FHC) como parte ou aspecto de políticas de caráter universalizante, o que redundou em políticas mistas e combinadas, em que convivem políticas universais como o SUS, a educação universal pública em todos os níveis, (que, muito embora convivam com um cenário de crescente privatização, sobrevivem como necessidade premente ao atendimento da maioria da população, que não pode acessar os convênios médicos particulares nem tampouco o ensino privado), além de pensões e benefícios por idade, que convivem com uma gama de políticas focalizadas, com destaque ao programa Bolsa Família.

Pandemia e a reprodução da crise estrutural na conjuntura econômica e social no Brasil

Os dados disponíveis na CEPALSTAT demonstram uma sensível melhora na redução da pobreza e da miséria⁴ no Brasil até o Governo da Presidente Dilma Rousseff, conforme *Tabela II* a seguir. Enquanto em 1990 verificamos 41,9% da população de pobres e 20% de indigentes, em 1999

⁴ Para o IBGE, assim como para o Banco Mundial, extremamente pobre, ou indigente são as pessoas que recebem menos de 1,90 dólares por dia.



estes percentuais caíram para 15% e 35,3%. Sempre de acordo com os dados da CEPAL, as reduções nesses percentuais não pararam até 2014 para dar lugar a um aumento gritante da pobreza que atingirá 26,7% da população em 2017. Em 2005 a população brasileira em condição de indigência estava em 11,5% e em condições de pobreza somavam 30,8% da população. Em 2014 vemos a melhora expressa em 4,2% de indigentes e 13,3% de pobres.

Tabela II. Brasil – Indicadores e dados socioeconômicos

Ano	Desemprego	Indigência (%)	Pobreza (%)	Coef. Gini	Cresc. PIB a*	IDH c*	Contas corrente/PIB (%)	IPCA (%) f*
1990	---	20,0	41,9	0,627	---	0,784/80 ^a	2001 = -4,2	g*
1995	4,8	15,2	35,1	---	---	0,804/63 ^a	2002 = -1,6	22,41
1999	---	15,0	35,3	0,640	---	---	2003 = +0,7	8,94
2000	6,2	---	---	---	---	0,747/74 ^a	2004 = +1,7	5,97
2005	9,2	11,5	30,8	0,613	3,2	0,705/	+ 1,5 e*	5,69
2006	9,2	9,5	26,8	---	4,0	---	+ 1,2	3,14
2007	8,1	9,0	25,4	---	6,1	---	0,0	4,46
2008	7,3	7,6	22,6	---	5,2	0,800/70 ^a	- 1,8	5,90
2009	7,2	7,3	21,4	0,576	-0,2	---	- 1,6	4,31
2010	5,7	---	---	---	7,5	0,739/73 ^a	- 3,4	5,91
2011	5,2	6,3	18,4	---	3,9	---	- 2,9	6,50
2012	7,6	5,3	15,9	0,567	1,9	---	- 3,0	5,84
2013	7,2	5,5	15,1	0,553	3,0	0,752	- 3,0	5,91
2014	7,2	4,2	13,3	0,548	0,5	0,755/75 ^a	- 4,2	6,41
2015	9,8	---	---	0,515 b*	-3,8	0,754	- 3,3	10,71
2016	12,0	---	25,7	---	-3,6	---	- 1,3	6,29
2017	13,0	---	26,5	---	1,0	0,760/79 ^a	- 0,5	2,95
2018	12,3	6,5	--	0,627	1,1	0,761/79 ^a	---	3,75
2019	11,9	6,7	--	0,629	1,1	0,761/79 ^a	-2,76 h*	4,3

Fontes: Elaboração própria junto ao Grupo de Pesquisa em História Econômica e Social Contemporânea – GPHEC (UNESP – Araraquara) a partir de: **a*** CEPALSTAT; **b*** IBGE; **c*** Relatório Desenvolvimento Humano – ONU; **d*** Relatório de Desenvolvimento Humano – Pnud; **e*** Banco Central do Brasil; **f*** IBGE séries históricas; **g*** IPCA de 1994 = 916,46%; **h*** equivalente a US\$ 50,762 bi. A PEA (População Economicamente ativa) passou de aproximadamente 62 milhões em 1990, para 106 milhões em 2019 (IBGE).

Observa-se uma drástica redução no período de 20% para 4,2% de indigentes para depois sofrer um aumento dramático sendo 6,7% em 2019. Em 2017 um quarto da população brasileira encontrava-se abaixo da linha



da pobreza, ou seja, recebendo R\$ 406,00 por pessoa.

Até 2014 podemos atribuir esses resultados a vários fatores em que o ambiente internacional favorável se somou à vontade política interna dos governos brasileiros para enfrentar o problema. Neste contexto favorável foram pelo menos seis os fatores determinantes de tal melhora: 1) o crescimento econômico (no auge o PIB em 2010 chegou a crescer 7,5%); 2) a política de aumentos reais do salário-mínimo (o salário-mínimo é muito importante pois remunera a aposentadoria de parcela significativa dos brasileiros aposentados por tempo de serviço ou por velhice); 3) queda no desemprego (de 12% em 2003 baixou para 5,2% no seu melhor ano que foi 2011); 4) aumento dos gastos públicos e programa Minha Casa Minha Vida; 5) aumento dos gastos sociais com o programa Bolsa Família (que atingiu a abrangência de 14 milhões de famílias); 6) o *boom* de exportações de commodities graças ao crescimento Chinês. Apesar de não ser tão bombástica como a redução da pobreza, houve também melhora na distribuição de renda. Ainda segundo os dados da CEPALSTAT (CEPALSTAT, 2018) o coeficiente de Gini em 1990 estava em 0,627 e em 2014 baixou para 0,548, indicador que expressa de alguma maneira a melhora social representada pela diminuição ou transferência de miseráveis para a condição de pobreza.

A partir de 2015 o Brasil vem vivenciando uma reversão para pior com crescimento desmesurado da pobreza, da miséria e da desigualdade social fruto da confluência de fatores políticos negativos e da crise econômica severa. Em 2019 a população ocupada era de 94.552.000 das quais 24.557.000 trabalhavam por conta própria segundo o PNADc-IBGE jan-2020. É interessante notar que a categoria “trabalhador por conta própria” é uma forma que tende a crescer na medida em que a chamada formalidade com carteira assinada tende a cair e a informalidade a crescer. Este é um dos inúmeros aspectos do processo de *grundissização* da sociedade.

Com o impacto da crise estrutural do capitalismo, cujo epicentro foram os Estados Unidos em 2008, o Brasil começou a apresentar uma reversão ou piora em todos os dados. Recessão brutal com queda do PIB em 2016 na ordem de -3,6%. Os dados demonstram que a partir de 2014 o Brasil entra em estagnação econômica e que esta poderá durar ao menos por uma década. Desemprego foi ao nível recorde com mais de 13 milhões de desempregados. Com a crise econômica e a instabilidade política derivada da não aceitação pela oposição (PSDB principalmente) dos resultados das urnas, o Brasil “desceu rapidamente a serra” e segundo o



IBGE, em 2016, 52 milhões de brasileiros encontravam-se em condições de pobreza.

Por fim, chegamos ao inimaginável ano de 2020 em que agora escrevemos. O ano de 2020 efetivamente não é um dos mais auspiciosos para a vida da esmagadora maioria da população global e muito menos para a população trabalhadora brasileira. O mundo sofre estarecido de algo inédito: uma pandemia viral. O ano já começou com maus presságios que se confirmaram. Nada exotérico ou sobrenatural. Esta pandemia tem suas peculiaridades. Ela se imbrica com uma profunda crise econômica estrutural. Segundo dados do *Federal Reserve Economic Data*, desde 2017 a taxa de desemprego nos Estados Unidos estava abaixo do que os economistas liberais chamam de “taxa natural de desemprego”, ou seja, pode se dizer que a economia dos Estados Unidos estava em pleno emprego; o rendimento dos bônus de 10 e 2 anos estava em franca queda tendendo a zero desde 2018, e o PIB dos EUA cresceu ininterruptamente por uma década e ainda o preço do barril do petróleo encontra-se em franca queda, ficando sua cotação negativa pela primeira vez na história. Tudo isso já apontava para uma inevitável recessão da economia global em 2020.

A crise biológica veio precipitar a crise do capital e engrossou o caldo com mais um capítulo na guerra híbrida travada pelos EUA contra a China. Entretanto, sabemos que essas duas superpotências estão em luta titânica pelo controle das novas tecnologias da chamada indústria 4.0 e do controle ou hegemonia do comércio global. Tudo indica que os moldes da economia e a sociedade humana do século XXI estão sendo traçados agora, em meio à maior crise econômica desde 1929 somado a uma pandemia que já matou mais de 1 milhão de pessoas no mundo até o momento (30 de setembro de 2020). Parece que ao passo que a China vem ascendendo a algumas décadas como grande potência, os Estados Unidos, ao contrário, vem perdendo terreno tanto no comércio global quanto na hegemonia de setores estratégicos das novas tecnologias, principalmente no que se refere a indústria 4.0, ou seja, da profunda e revolucionária infraestrutura que ela representa em termos das infraestruturas 5G. A China com suas corporações de bancos, construção civil, petroleiras, empresas como Xiaomi, Huawei, Alibaba, Sinovac Biotec, dentre tantas outras, está tirando o sono de importantes agentes do governo e investidores dos Estados Unidos. A guerra comercial é somente a ponta do iceberg e tudo indica que a China sairá desta pandemia como a primeira potência global.

Hoje a realidade mostra claramente o poder da economia chinesa. Os



planos declarados do governo chinês representado pelo programa China-2025, onde a China passaria a protagonista hegemônica em muitas áreas ligadas à Big Data, inteligência artificial, robótica, semicondutores, nuvem e infraestrutura 5G, ou seja, liderança na revolução industrial 4.0, está cada vez mais factível. Se somarmos as poderosas economias dos quase sempre aliados China-Rússia-Índia-Irã já temos uma dimensão do poder econômico, tecnológico e militar dessas potências e se ainda colocarmos os países dos BRICS, mesmo que nem sempre andando na mesma direção, como o Brasil atual, teremos uma dimensão do poder desse bloco em oposição à economia dos Estados Unidos. A China fez questão de mostrar ao mundo seu grandioso poder tecnológico e militar nos desfiles comemorativos dos 70 anos da revolução comunista chinesa.

Quanto ao Brasil receio que estamos com problemas de todos os lados. O nosso atual governo decidiu um inédito alinhamento canino ao governo de Washington que mais cedo ou mais tarde trará problemas para nossas contas externas, já que tal alinhamento anda junto com manifestações de agressividade e desrespeito gratuito em relação à China, de longe a maior parceira comercial do Brasil.

O Brasil não tem condições de dar um salto com suas próprias pernas para a indústria 4.0 e neste sentido seria muito interessante e auspicioso um melhor alinhamento e encaminhamento do processo junto aos BRICS e não o que acontece atualmente. Não há alternativa para o Brasil senão andar junto com China, Rússia, Índia, África do Sul, tanto na questão do desenvolvimento de relações comerciais, quanto ao desenvolvimento econômico e tecnológico em si, senão só nos restará o atual processo de desindustrialização e reprimarização em curso, ou seja, o caminho da neocolonização.

Entretanto, é preciso refletir sobre a nossa real miséria. Não há uma elite claramente interessada no desenvolvimento da nação. Esta já desapareceu no início dos anos sessenta. A esquerda também foi de certa forma impactada pelos vinte anos subseqüentes ao famigerado golpe de 1964 e depois pelo que a queda do muro de Berlim simboliza. No período recente outro golpe parlamentar civil-militar assombrou o Brasil em 2016 com a derrubada de Dilma Rousseff. Nossas elites ou para ser mais sociologicamente correto, nossas classes dominantes ou burguesas, são subordinadas às potências hegemônicas globais *ab ovo*. Nada as assustam mais do que as pressões advindas das classes trabalhadoras, dos “descamisados e pés descalços”. Logo se lançam em movimento pelas ruas



pedindo golpe militar e na atual quadra o absurdo da reivindicação da reedição do AI-5 e de uma ditadura militar. É uma classe dominante desesperada e amedrontada. Seu poder só pode existir da submissão canina aos governos de Washington, submissão hoje expressada na fala do próprio presidente da república Jair Bolsonaro. É uma burguesia que tem por horizonte ser sócia menor do capital internacional e para tanto logo se coloca geralmente contra os mais elementares interesses do povo brasileiro com suas contrarreformas da previdência e trabalhista que são meramente artifícios para retirar direitos dos trabalhadores duramente conquistados no período Vargas e depois na constituição de 1988, dois processos odiados por nossas classes dominantes pois se contrapõem de alguma maneira a brutal superexploração do trabalho que almejam. Uma burguesia contra seu próprio país é de fazer rir às suas congêneres clássicas (Inglaterra, França e EUA) e mesmo tardias (Alemanha, Japão e Itália). Mas as risadas são logo substituídas pelos negócios fáceis e lucrativos ao arrepio dos interesses mais básicos da constituição do que se poderia ainda chamar por Nação nesta quadra da globalização do capital.

Ao contrário da busca da construção da nação que de certa forma caracterizou o período 1930 – 1980, atualmente nossas classes dominantes (mais especificamente seus intelectuais orgânicos e seus políticos) se lançam na defesa das mais brutais formas de destruição do desenvolvimento e dos interesses do povo brasileiro: privatizações, entrega de Alcântara, Embraer (cuja venda deu errado porque a Boeing está quebrada), Petrobrás, reforma trabalhista, reforma da previdência e a famigerada proposta do Ministro da Economia Guedes de capitalização da previdência, cujo objetivo é alavancar os capitais dos bancos privados. Tudo isso para atrair capital dos investidores internacionais no afã de pegarem carona e oxalá que algumas migalhas caíam no seu colo. Mas para o desespero dos Guedes e demais neoliberais de plantão em Brasília, os investimentos não vieram mesmo com a “lição de casa” feita e refeita com esmero. Não só não vieram como ainda podem fugir para ativos mais seguros, ou seja, os títulos do governo estadunidense e o dólar, mesmo que uma economia em relativa decadência.

Os efeitos da crise causada pela crise híbrida pandemia-superprodução de capital, criaram um tsunami capaz de fazer o PIB global recuar, segundo o FMI, aproximadamente de 3 a 8% e o PIB brasileiro um recuo de 5 a 10%, ou seja, muito maior que o recuo provocado pela grande depressão de 1929. Outro dado alarmante para o capitalista global é o fato inédito da queda do preço do barril de petróleo que foi cotado em valores



negativos, algo inédito na história. O PIB Chinês teve um desempenho negativo no primeiro trimestre de 2020 algo inédito e deve recuar a níveis baixos se comparado aos últimos 30 ou 40 anos, mas em maio de 2020 já deu sinais de recuperação.

Já no Brasil, alguns núcleos, movimentos sociais e partidos políticos frágeis de esquerda possuem um amplo projeto de reformas e revolução na economia e sociedade, que incluem desde reforma na educação, reforma agrária e urbana radicais, economia cooperativada e radical distribuição de renda, mas são por hora débeis do ponto de vista eleitoral. Já a direita não possui outro projeto senão a destruição da nação via projeto neoliberal: privatizações e reformas para aumentar a exploração dos de baixo, ou seja, tirar ao máximo o pouco dinheiro que resta nos bolsos dos pobres e miseráveis (propostas de fim do PIS-PASEP, fim dos direitos trabalhistas, fim do FGTS, fim dos fundos de aposentadoria, fim da própria aposentadoria como proposta de previdência privada que já deu errado no Chile, redução das políticas sociais de transferência de renda como programa Bolsa-família e a ainda indefinida proposta de Renda Brasil). É um saco sem fundo de maldades contra os pobres e trabalhadores. É a violência encarnada desde o tempo dos Senhores de Engenho e dos capitães do mato, verdadeira origem de nossa "burguesia nacional" da particularidade de via colonial brasileira. Para se ter uma ideia do tamanho da maldade veja a proposta da equipe Guedes-Bolsonaro de acabar com a previdência social que, no fundo, é pior do que a lei do sexagenário. Na época da escravidão a alforria lançava o liberto a sua própria sorte na sarjeta sem nenhuma compensação e na atual proposta Guedes-Bolsonaro, o trabalhador passaria a pagar a vida toda pela previdência sem, contudo, receber nem um salário mínimo depois de décadas de trabalho, ou seja, o trabalhador seria praticamente lançado na sarjeta sem nenhuma possibilidade de sobrevivência. É o vale tudo para enriquecer os bancos privados que é a origem do atual ministro da economia. Este neoliberalismo chinfrim é o máximo que esta brilhante classe dominante subalterna consegue arquitetar como "plano de governo". Esta classe social "sem classe" é o verdadeiro vírus a infectar o povo brasileiro.

Considerações finais:

No Brasil de hoje (2020), após os desdobramentos do golpe de 2016 que depôs a Presidente Dilma Rousseff e após um ano da política econômica e social do Governo de Bolsonaro-Guedes, o Brasil se vê numa situação de



piora brutal nos indicadores sociais tais como desigualdade social e desemprego. A pandemia só veio a agravar o quadro. A economia está estagnada, o câmbio em franca desvalorização, déficit crescente em transações correntes que já atinge o patamar de 3% do PIB e não há sinais de melhora a vista. Enquanto que no século passado o projeto varguista nacional-desenvolvimentista tinha por objetivo de alguma maneira construir a Nação brasileira, o atual projeto Bolsonaro-Guedes é seu oposto, isto é, seu objetivo é o de desconstruir a Nação brasileira com sua política de redução drástica do Estado, redução do salário-mínimo, privatizações, transferência de patrimônios históricos como Alcântara, transferência para o capital internacional das reservas de petróleo do pré-sal, reforma da previdência, reforma trabalhista e descaso absoluto com a educação pública em todos os níveis e, para o desespero geral, com a pasta da saúde em ano de pandemia (o TCU acaba de fazer uma denúncia contra o governo porque este gastou menos de um terço da verba destinada ao combate da pandemia).

Entretanto, o capital como contradição e crise permanente enfrenta resistência de um grande movimento global contra hegemônico, que vem se manifestando nos fóruns sociais, nos novos movimentos sociais de diversos matizes e nos levantes que pipocam pelo mundo, na atual crise e transição do capitalismo onde as novas forças produtivas estão criando rapidamente um sujeito coletivo social produtivo com consequências sociais dramáticas dada a permanência das regras do *status quo* capitalista. Mas se as políticas sociais não forem combinadas com mudanças reais nas formas de produção, distribuição e consumo, a miséria poderá se reinstalar rapidamente com a reversão de tais políticas, seja com a mudança de governo, seja com a própria crise do Estado provocada pela crise estrutural em marcha. É preciso retomar concomitantemente as históricas bandeiras da classe trabalhadora, como reforma agrária, reforma urbana, reforma política e acrescentar novas modalidades e novas experiências bem-sucedidas como as transformações propostas e implementadas no Brasil pelo MST e no caso da Espanha a experiência de Marinaleda.

Mesmo um dos mais brilhantes defensores do desenvolvimento capitalista como Celso Furtado, percebeu que o desenvolvimento capitalista é, na verdade, um reluzente mito. A teoria do desenvolvimento capitalista entendia que em havendo democracia, os investimentos capitalistas gerariam renda e emprego e os trabalhadores poderiam lutar e se apropriar de uma fatia dos ganhos de produtividade e assim prosperar junto com a



sociedade como um todo. Este mito não resiste sequer à mais ingênua análise da história econômica brasileira. A real dialética da particularidade brasileira pode ser resumida no *insite* do antropólogo Darcy Ribeiro (O *povo brasileiro*) como uma “máquina de moer gente”, verdadeira essência do próprio desenvolvimento capitalista brasileiro, de modo que às velhas pandemias de fome, violência, racismo, desemprego e estagnação social, como atestam os dados do IDH brasileiro que persiste estagnado há décadas, somam-se hoje a pandemia viral da covid-19.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- BARCA, Stefânia. “On working-class environmentalism: a historical and transational overview”. *Interface: a journal for and about social movements*. Vol. 4 (2) 61-80, nov. 2012.
- BENJAMIM, Walter. “O capitalismo como religião”. *Revista garrafa*, 23, jan. – abr. 2011. Disponível em: http://www.lettras.ufrj.br/ciencialit/garrafa/garrafa23/janderdemelo_capitalismocomo.pdf. Acesso em 16 jan. 2015.
- BORELLI FILHO, Dorival. Estratégias de resistência, reprodução social e superação do campesinato europeu frente à crise do capitalismo neoliberal: o caso do povoado de Marinaleda (Província de Sevilha, Espanha). Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/03.pdf>. Acesso em 25 nov. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- DEBORD, Gui. *La société du spectacle*. Paris: Éditions Camps Livres, 1967.
- CEPAL. Panorama Social da América Latina, Nações Unidas, 2012.
- CEPALSTAT. Dados disponíveis em www.cepal.org. Acesso em 21 set. 2018.
- CHASIN, José. “Ad Hominem – rota e perspectiva de um projeto marxista”. São Paulo: *Estudos e Edições Ad Hominem*, 1999.
- CHESNAIS, F. “A globalização e o curso do capitalismo de fim de século”. *Revista Economia e Sociedade*, n. 5: 1-30. Campinas: UNICAMP. Dez. 1995
- DRAIBE, Sônia. “A Política Social no período FHC e o sistema de proteção social”. *Revista Tempo Social*, USP, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a04v15n2>. Acesso em 10 jul. 2020.



- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Artenova, 1977.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Edição comemorativa 50 anos. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.
- GENNARI, Adilson M. & ALBUQUERQUE, Cristina M. P. *Políticas Públicas e Desigualdades Sociais no mundo contemporâneo: debates e práticas no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- GENNARI, Adilson M. Introdução ao pensamento de Francisco de Oliveira: um avis rara na dialética brasileira. *Revista Fim do Mundo*, n. 1, jan-abr 2020. Marília – SP: UNESP.
- IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Edição Especial n. 13, 2014. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em jan. 2020.
- HAYEK, F. Von. *O caminho da servidão*. 2. Ed. São Paulo: Globo, 1977.
- IVO, Anete B. L. *Viver por um fio: pobreza e políticas sociais*. São Paulo: Annablume, 2008.
- KEMPF, Hervé. (2009) *Para salvar o planeta livrem-se do capitalismo*. Lisboa. Ed. Livre, 2009.
- LUKÁCS, G. *El Asalto a La Razon: la trayectoria del irracionalismo desde Scheling hasta Hitler*. Tercera edición. Barcelona-México, D.F. Ediciones Grijalbo S. A., 1972.
- MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Livro Segundo: o processo de circulação do capital, vol. III, 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo: CHED, 1980.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MASON, Paul. *Pós-capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- MÉSZÁROS, István. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. SP: Ensaio, 1989.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MISES, Ludwig Edler von. Primeira edição 1912. *The theory of monay and credit*. New Haven: Yale University Press, 1953.
- OLIVEIRA, F. O momento Lênin. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n.75, p.23-47, jul, 2006a.
- OLIVEIRA, F. Neoliberalismo y sectores dominantes. In: BASUALDO, E. M.;



- ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, p.274, 2006b.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Roberson & GENNARI, Adilson M. *História do Pensamento Econômico*. 2. Edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2019.
- PAINE, Thomas. *Agrarian Justice*. Inglaterra: (1795). Disponível em: http://schalkenbach.org/library/henry-george/grundskyld/pdf/p_agrarian-justice.pdf.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. "A construção do sistema de proteção social no Brasil: avanços e retrocessos na legislação social". Disponível em: <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/construcao.pdf>. Acesso em 23 mar. 2014.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cotez, 2002.
- SANTOS, Aline Mendonça dos; NASCIMENTO, Cláudio. *Paul Singer e a pedagogia da autogestão na economia solidária*. Marília, Lutas Anticapital, 2018.
- SINGER, Paul. "cidadania para todos". In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla (org.) *História da Cidadania*. São Paulo: contexto, 2008.
- SILVA, Ana C. Aguerri Borges & GENNARI, Adilson M. "Destruição ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista". *Revista Fim do Mundo*. n. 2 mai-ago 2020. Marília – SP: UNESP.
- SUPLICY, E. Matarazzo. *Renda de Cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cotez/Perseu Abramo, 2006.
- WEISSHEIMER, M. A. *Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias brasileira*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

Recebido em 23 jul. 2020 | aceite em 15 set. 2020

